

**CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO SNIG  
ATA DA SEXTA REUNIÃO**

No dia dez de maio de dois mil e treze, pelas dez horas, teve lugar a sexta Reunião do Conselho de Orientação do Sistema Nacional de Informação Geográfica (CO-SNIG), na Direção-Geral do Território (DGT), sita na Rua Artilharia Um, número cento e sete, em Lisboa, sob a presidência do Professor Doutor Paulo Correia, Presidente efetivo.

**Participantes**

Estiveram presentes os seguintes membros do CO-SNIG:

- Prof. Doutor Paulo Correia, Diretor-Geral da Direção-Geral do Território;
- Dr. José Correia, em representação da Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Eng.º Joaquim P. da Costa, em representação do Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente I.P. (APA);
- Tenente Coronel Cavalaria Carlos Manuel da Costa Machado, em representação do Diretor do Instituto Geográfico do Exército (IGeoE);
- Dr.ª Ana Maria Santos, em representação do Presidente do Instituto Nacional de Estatística I.P. (INE);
- Capitão-Tenente Rui Reino Baptista em representação do Diretor-Geral do Instituto Hidrográfico (IH);
- Dr. Gabriel Luis, em representação do Presidente do Conselho Diretivo do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG);
- Dr. Giuseppe Cornaglia, em representação do Presidente da Autoridade Nacional da Proteção Civil (ANPC).

Estiveram presentes como entidades convidadas:

- Prof. Miguel Miranda, Presidente do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Eng.ª Marlene Assis, em representação do Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos da Região Autónoma dos Açores (SRCTE-RAA);
- Dr. Duarte Costa, em representação do Diretor Regional do Ordenamento do Território e Ambiente, Direção de Serviços de Informação Geográfica e Cadastro da Região Autónoma da Madeira (DROTA-DSIGC-RAM).

Outros Participantes:

- Prof. Doutora Maria José L. e Vale, Subdiretora-Geral da DGT, Ponto de Contacto Nacional e Ponto Focal para a Diretiva INSPIRE;
- Dr. Luís Baltazar, da APA;
- Dr.ª Conceição Matos, do INE;

*Paulo Correia*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

- Dr.ª Ana Picado, do LNEG;
- Dr.ª Aurete Pereira, do LNEG;
- Arq.º Graça Oliveira, da DGT;
- Eng.º Paulo Patrício, da DGT;
- Doutor Rui Reis, da DGT;
- Doutora Ana Luísa Gomes, da DGT;
- Dr.ª Ana Sofia Santos Rizzone, do DGT;
- Dr.ª Maria da Piedade Escudeiro Dias, da DGT.

## **Agenda**

1. Sessão de Abertura
2. Aprovação da Ata da 5.ª Reunião do CO-SNIG ocorrida em 10-05-2012
3. Apresentação e discussão dos resultados da Monitorização 2013
4. Apresentação e discussão dos resultados do Relatório 2013
5. A implementação da Diretiva INSPIRE no contexto atual
6. Outros Assuntos

### **1. Sessão de Abertura**

O Prof. Paulo Correia deu as boas vindas aos participantes desta 6.ª Reunião do CO-SNIG e solicitou uma breve apresentação a cada um dos presentes. Destacou a presença, pela primeira vez, de um representante do Governo Regional da Madeira (DROTA/DSIGC-RAM), entidade convidada. Aludiu à atual constituição do CO-SNIG, sugerindo que seria útil para a Comissão integrar a Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA) e as entidades que representam os Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

### **2. Aprovação da Ata da 5.ª Reunião do CO-SNIG ocorrida em 10-05-2012**

O Prof. Paulo Correia submeteu a ata da 5ª Reunião do CO-SNIG à discussão e votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, após referência a duas correções efetuadas à proposta de ata.

### **3. Apresentação e discussão dos resultados da Monitorização 2013**

A Dr.ª Ana Sofia Rizzone começou por expor o que em termos de monitorização e elaboração de relatórios da Directiva INSPIRE é exigido ao Ponto de Contacto Nacional e apresentou o calendário de atividades que foram desenvolvidas com vista à monitorização de 2013 e à elaboração do relatório trianual. No contexto da participação da RPF Core na Monitorização 2013 (que contou apenas com 22 das 33 entidades que integram a RPF Core), enumerou as entidades que não reportaram. De seguida apresentou o formulário *online* de monitorização, mencionou os indicadores gerais da monitorização no domínio dos metadados, CGD e Serviços e exibiu a folha de cálculo dos indicadores de monitorização disponibilizada pela CE.

A Doutora Ana Luísa Gomes fez a apresentação, seguida de discussão, dos resultados da Monitorização 2013, evidenciando todos os elementos mais significativos.

A Prof. Maria José L. e Vale, fez os comentários finais que completaram e esclareceram alguns dos pontos anteriormente referidos.

A proposta apresentada foi submetida à votação pelo Prof Paulo Correia, com o apoio da Doutora Ana Luísa Gomes, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

#### **4. Apresentação e discussão dos resultados do Relatório 2013**

A Dr.ª Ana Sofia Rizzone elencou as entidades que contribuíram para o Relatório 2013 (13 entidades das 33 entidades que integram a RPF Core) e apresentou o formulário que foi criado para recolha *online* de informação necessária à elaboração do Relatório 2013, constituído por 4 partes: Descrição da Instituição, Utilização da IDE, Acordos Partilha de Dados e Custos e Benefícios.

A Prof. Maria José L. e Vale agradeceu os contributos recebidos e referiu a necessidade de ter o relatório trianual, Relatório INSPIRE 2013, concluído em tempo. Neste quadro, informou que foram integrados contributos recebidos posteriormente a 7/05/2013, sendo realizada nova revisão geral ao documento. Sublinhou a dificuldade em sistematizar informação relativa aos custos e benefícios, colocando enfoque na necessidade de se aprofundar o estudo de modelos custos-benefícios. Foram as estimativas de custos que maiores problemas acarretaram, não só porque se mostra ainda difícil para as instituições conseguirem avaliar os custos associados às diferentes componentes de aplicação da Diretiva INSPIRE, como essas estimativas são obtidas de forma muito diversa. Assim, salientou a utilidade de serem propostos reajustamentos aos formulários, de forma a melhorar a sistematização de informação para esta matéria, bem como a efetivação de uma revisão da plataforma SNIG, através de um pedido de reprogramação financeira do projeto IENIG-AMA.

#### **5. A implementação da Directiva INSPIRE no contexto atual**

A Prof.ª Maria José L. e Vale focou alguns pontos relativos à oportunidade de implementação da Diretiva INSPIRE em Portugal e destacou eventuais aspetos críticos que poderão surgir no decorrer da sua operacionalização. Referiu-se à dificuldade expressa na relação “Custos e benefícios” (tema do tópico 4), repercutindo-se na necessidade de uma revisão na abordagem à sua avaliação, de forma a criar incentivos que conduzam a uma maior dinâmica na obtenção de resultados. Informou que as tabelas de custos apresentam já alguma tentativa de normalização e de quantificação que é importante melhorar.

O Prof. Miguel Miranda interveio para afirmar que no mundo da geofísica é feita a disponibilização gratuita da informação, tal como acontece em França, Noruega e

Plonei  
11  
11  
11  
11  
11  
11  
11

noutros países europeus. Referiu no entanto, que na conjuntura atual a disponibilização da informação tem de ser encarada como um valor de transacção que convém ao Estado conhecer e definir formas de suportar os custos inerentes. Como tal, seria interessante a aquisição de conhecimento sobre os custos dos dados recolhidos, por forma a definir uma estratégia responsável para a sua disponibilização e utilização.

O Prof. Paulo Correia afirmou que os defensores dos países sem receitas próprias oferecem informação gratuitamente, mas disponibilizam-na com publicidade, indicando o exemplo do Google e manifestando a ideia de que os organismos não têm que ser financiados pelo facto de possuírem apenas 40 por cento do orçamento necessário ao desenvolvimento das suas atividades. Acrescentou que seria interessante saber qual o nível de rentabilidade institucional, reflexão importante para futuramente se obter informação sobre os custos envolvidos. Seguidamente convidou os participantes a expressarem as suas opiniões sobre esta problemática.

O Dr. Gabriel Luis esclareceu que no caso da geologia o retorno da economia passa pela venda de informação ao público (alunos das escolas, professores, cidadãos em geral). Quanto às empresas, referiu que a maioria mesmo não dispendo da informação que necessitavam, raramente são impelidos a comprá-la. Neste enquadramento, há que analisar os resultados que essas empresas fornecem, sugerindo a atribuição de uma taxa a ser paga pelas mesmas, para não ser sempre o cidadão a suportar os custos.

O Dr. Gabriel Luis comunicou que tem sido exigido ao LNEG o pagamento da informação que tem vindo a adquirir e cujo valor varia de acordo com o organismo visado, situação que não deveria ocorrer.

O Prof. Paulo Correia lembrou que o novo programa contabilístico da Administração Pública, o GERFIP, tornou mais difícil a concretização da medida sugerida, pois o modo como o software foi desenvolvido obriga a que a aplicação que agrega o preçário seja feita de acordo com as especificidades das regras definidas.

A Prof.<sup>a</sup> Maria José L. e Vale sublinhou a necessidade de serem adotadas medidas harmonizadas para o acesso e utilização de dados espaciais e serviços de dados geográficos integrada numa estratégia de avaliação e distribuição equitativa de custos e benefícios. Referiu ainda a importância da partilha da informação, entre os diversos organismos públicos, de forma responsável. Esta partilha não dispensa a necessidade de conhecer os custos e o esforço que a sua recolha e sistematização envolve para que possa ser integrada no modelo de governação.

A Eng.<sup>a</sup> Marlene Assis afirmou que no Governo Regional a política que tem sido seguida é a de fornecer/disponibilizar informação gratuitamente. Este procedimento

Correia

Reda

AS

VB

M

dificultará a atribuição, com carácter obrigatório, de qualquer taxa às entidades que requeiram informação, já que não se conhecem os custos efetivos.

O Prof. Paulo Correia referiu o caso da Finlândia, país onde o fornecimento da informação, apesar de gratuita, se rege por um sistema igual ao utilizado na DGT, em que a utilização da informação pretendida obriga à assinatura de um termo de responsabilidade. Comunicou que nos primeiros quinze dias do ano transato houve 200 empresas a pedir informação. Fez ainda uma referência ao sistema utilizado na DGT, o qual permite o registo das entidades que retiram a informação da Internet.

A Prof.<sup>a</sup> Maria José L. e Vale referiu-se ao relatório entretanto apresentado e à necessidade da sua aprovação até ao final do dia para poder ser submetido à Comissão até 15 de maio.

O Prof. Paulo Correia propôs uma avaliação individual ao conjunto de entidades que integram os diferentes Grupos de Trabalho, no sentido de se saber quem possui condições para a realização dos trabalhos estabelecidos ou que vierem a ser propostos.

O Dr. Gabriel Luís questionou sobre quem ficaria com a incumbência de compilar a informação. O Prof. Paulo Correia respondeu existirem duas componentes sobre a situação descrita, em que uma está relacionada com a forma e outra com o preçário a definir.

A Prof.<sup>a</sup> Maria José L. e Vale referiu que, embora o processo de monitorização constituísse uma rotina anual das autoridades públicas produtoras de dados em Portugal, o SNIG deve ter um papel fundamental na condução da política pública de informação.

## 6. Outros Assuntos

A Dr.<sup>a</sup> Ana Sofia apresentou um quadro com o calendário da implementação da Diretiva INSPIRE por componente.

Por último, o Prof. Paulo Correia propôs o dia 18 de setembro do ano em curso como data indicativa para a realização da próxima reunião do CO-SNIG, o que foi aceite por unanimidade.

O Prof. Paulo Correia terminou a sessão agradecendo a presença de todos os participantes e dos contributos apresentados.

Nada mais havendo a tratar, o Prof. Paulo Correia deu por encerrada a sessão, eram doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por todos os membros do CO-SNIG presentes na reunião, e por mim, que a secretariei.

Diretor-Geral da DGT

Paulo Correia

(Paulo Correia)

Em representação da Presidente do Conselho Diretivo do ICNF

\_\_\_\_\_  
(José Correia)

Em representação do Presidente da APA

J. Beltgo

P) (Joaquim P. da Costa)

Em representação do Diretor do IGeoE

Carlos Manuel da Costa Machado

(Carlos Manuel da Costa Machado)

Em representação do Diretor-Geral do IH

Rui Reino Baptista

(Rui Reino Baptista)

Em representação do Presidente do INE

Ana Santos

(Ana Maria Santos)

Em representação do Presidente do ANPC

G. Cornaglia

P) (Giuseppe Cornaglia)

Em representação do Presidente do LNEG

Aurite Maria Santos Pereira

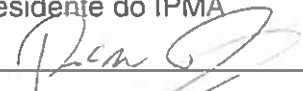
P) (Gabriel Luis)

Subdiretora-Geral da DGT

\_\_\_\_\_  
(Maria José L. e Vale)

*Alcena*  
*A-*  
*LM*

Presidente do IPMA

  
\_\_\_\_\_  
p/(Miguel Miranda)

Representante da SRCTE-RAA

\_\_\_\_\_  
(Marlene Assis)

Representante da DROTA-DSIGC-RAM

  
\_\_\_\_\_  
(Duarte Costa)